

# José Sarney já anuncia que a exceção terminou

PORTO ALEGRE — O senador José Sarney afirmou ontem, em Porto Alegre, que desde quinta-feira, quando o presidente se filiou ao PDS, tornando-se seu fundador, o governo passou a ser solidário com a filosofia da agremiação, e que, portanto, não existe qualquer descompasso entre um e outro como ocorreu no passado: "Somos um governo do partido e não um partido do governo", explicou Sarney. Disse, ainda, que "o PDS quer construir alguma coisa nova do Brasil" e que tudo será feito para que se cumpra o programa do partido "o mais rapidamente possível".

Depois de observar que "a época de exceção acabou", Sarney destacou o atual clima de tranquilidade:

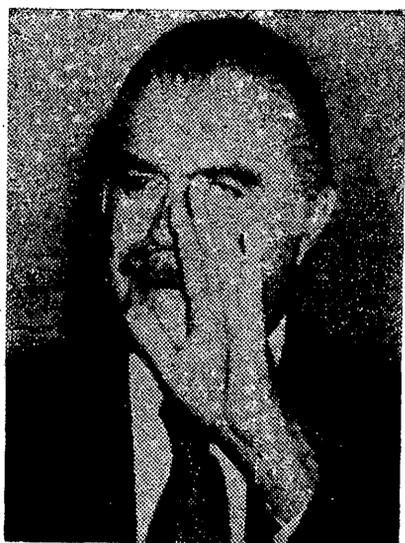
"O país vive hoje um clima de total abertura política e de total liberdade de expressão." Quanto à realização de eleições diretas, observou que não se trata apenas de "aspiração", mas de "um compromisso nosso". Sobre a Lei Falcão, disse que "toda essa legislação que corresponde a um tempo de excepcionalidade tem de ser revista".

Em seguida, afirmou que "o PDS avançará como um partido reformista, construindo o progresso dentro da liberdade". O senador entende que "não se deve atropelar etapas, porque isto não ajudará no processo de democratização do país". Nesse sentido, enfatizou a necessidade de os políticos se dedicarem "à construção do processo democrático, com a consolidação de partidos políticos fortes e poderosos".

Assim, embora entenda que "o problema substancial é a eleição direta, ainda tem dúvidas: "O que perguntamos é o seguinte: se votarmos a Eleição Lobão agora ela poderá ajudar na consolidação dos partidos? Ou estaremos tumultuando um processo que está sendo aberto?" José Sarney prometeu que o PDS "será realmen-

te moderno e de grande mobilização", rejeitando a acusação de que a Arena não cumpriu com o que determinava seu programa: "A Arena cumpriu com seu dever, porque, foi uma agremiação transitória. Hoje estamos vivendo outro tempo. Vamos olhar o futuro, esquecendo o passado".

Ao comentar o programa do PDS, Sarney disse estar havendo confusão em relação a proposta da co-gestão: "O que incluímos no programa é um princípio generoso da participação dos empregados nos lucros das empresas e até na co-gestão". Ao mesmo tempo, condenou a intervenção estatal na área da economia: "A intervenção estatal deve ser em limites estritamente necessários." Concluindo, Sarney negou que o ministro Delfim Netto tenha superpoderes: "O que há é uma responsabilidade coletiva e não pessoal no governo."



Sarney justifica o programa